

PEÇA JURÍDICA

Como advogado, você atua numa reclamação trabalhista representando o reclamante que agora se tornou exequente. Uma das executadas apresentou um incidente de pré-executividade sob o argumento que foi trazido à execução trabalhista como integrante do mesmo grupo econômico, porém, não integrou a lide na fase instrutória. O Juiz, ao analisar o incidente de pré-executividade, julgou-o procedente e excluiu a excipiente da execução. Isso pode trazer enormes prejuízos para o seu cliente, pois a referida empresa era a que possuía melhor saúde financeira e patrimonial dentre as executadas. Elabore o remédio jurídico que você entenda ser possível apresentar para tentar reverter a situação.

GABARITO

CORRETO ENDEREÇAMENTO: Ao Juiz do Trabalho de 1º grau, lembrando que juiz do trabalho tem jurisdição e não comarca. O endereçamento ideal seria: EXMO. SR. DR. JUIZ FEDERAL DO TRABALHO DA JURISDIÇÃO DE.....

POLO ATIVO: O Reclamante, ora Agravante. **POLO PASSIVO:** A excipiente, ora Agravada.

MEDIDA PROCESSUAL ADEQUADA: AGRAVO DE PETIÇÃO

FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA: Art. 897 da CLT (Está é a fundamentação jurídica mínima)

EXPOSIÇÃO REGULAR: Será observado o poder de concisão e objetividade.

TERMINOLOGIA JURÍDICA: Na análise será observado a utilização dos termos corretos. Ex. Agravante, Agravada, Excipiente, Excepta, Juízo “a quo”, “ad quem”, razões de agravo, conhecimento, provimento, etc., evidentemente dentro do texto de cada peça.

CONCLUSÃO LÓGICA: Será analisado o conteúdo do pedido. Em matéria de Agravo de Petição, analisada em segundo grau o ideal é requerer o conhecimento e provimento, etc.